

DO DISCURSO SOBRE O TRABALHO

*Maria Virgínia Borges Amaral**

RESUMO

Este artigo trata do discurso sobre o trabalho. Analisa-se o discurso e sua materialidade significativa, historicamente produzida, problematizando-se as formas de disciplinamento e de designação dos sujeitos que estão situados no circuito do trabalho produtivo. Este estudo integra o projeto “Qualidade de vida no trabalho e o sentido de responsabilidade social no discurso empresarial”, do grupo de pesquisa Serviço Social, Trabalho e Direitos Sociais do programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas.

Palavras-chave: Discurso – Trabalho – Disciplina – Sujeito.

ABSTRACT

This article treats of the discourse about work. It analyses the discourse and its significant materiality, historically produced, raising questions about the forms of discipline and designation of the subjects that are set in the productive work circuit. This paper includes the project “Work life quality and the sense of social responsibility in managerial discourse” from the Social Assistance, Work and Social Rights research group the Social Assistance Graduate Program from UFAL

Keywords: Discourse – Work – Discipline – Subjects

1 INTRODUÇÃO

No discurso sobre o trabalho, que circula na sociedade atual, ocorre um processo de deslocamentos de sentidos de determinadas expressões que têm lugares enunciativos de origens diferentes. Esses lugares revelam-se como sendo, principalmente, do discurso da administração ou da gerência de pessoas no campo do trabalho; dos discursos doutrinários, especificamente os religiosos; dos discursos políticos, sobretudo os orientadores dos sistemas liberais, ou liberal-democráticos¹. Esses discursos contribuem para o estabelecimento de uma rede de formulações enunciativas de um mesmo lugar de significação, a Formação Discursiva do Mercado², responsável pela instituição de formas de identificação dos sujeitos no amplo processo de relações sociais, em particular das relações de trabalho.

* Doutora em Lingüística, Professora do Curso de Graduação e dos Programas de Pós Graduação em Serviço Social e em Letras e Lingüística da Universidade Federal de Alagoas

¹O discurso sobre o trabalho mantém uma interlocução com esses diferentes discursos; tomam de empréstimo elementos de saber desses diversos discursos para fortalecer o seu dizer.

²Sobre os elementos de saber da formação discursiva do mercado, conferir Amaral, 1999.

Do discurso sobre o trabalho tomaremos, neste estudo, dois pontos: os processos de disciplina e as formas de designação dos sujeitos que estão situados no circuito do trabalho produtivo. Diferentemente dos estudos que estão concentrados em pessoas para quem o trabalho teria um valor eminentemente disciplinar³, nossa proposta é mostrar que, mesmo no trabalho produtivo, o adestramento é uma das suas funções operantes. Ainda que seja um processo de trabalho re-significado, dito *moderno, gerencial, democrático, participativo*; que os sujeitos desse processo sejam re-designados e conduzidos a se identificar como pessoas livres, a função disciplinadora do trabalho reforça a condição de subserviência dos homens que trabalham.

2 SOBRE AS CONDIÇÕES HISTÓRICAS PARA QUE DO DISCURSO SE POSSA DIZER ALGUMA COISA

Sabe-se que desde os tratados da economia clássica, os fundamentos das relações de trabalho estão pautados em princípios mercadológicos da circulação de mercadorias (mediada nas sociedades atuais pelo dinheiro; a mercadoria é universal porque está presente, das mais variadas formas, em todas as transações)⁴. A circulação responde a certas exigências, principalmente a de que a mercadoria em transação tenha um possuidor, seja propriedade de um indivíduo e que os indivíduos sejam *livres e iguais* para fazer as transações. A esfera de circulação de mercadoria – o mercado – é, ironicamente, designada por Marx (1988, p.196) como "o verdadeiro paraíso dos direitos inatos do homem". Nesse "paraíso", só reinam *liberdade, igualdade, propriedade e Bentham*, como diz Marx⁵. O mercado seria, pois, esse tal paraíso que propaga a liberdade e a igualdade como cânones da propriedade privada.

O projeto de modernidade do século XVIII trazia a promessa de libertação da humanidade do sistema de exploração sob o qual se alicerçava o capitalismo. Instituíam-se os princípios de universalidade, de individualidade e de autonomia. A universalidade vislumbrava a construção de um mundo sem fronteiras, onde os indivíduos podiam se reconhecer como cidadãos mundiais, indivíduos cosmopolitas; a individualidade ensaiava a produção de uma sociedade onde todos seriam reconhecidos como pessoas livres e iguais, conscientes de suas responsabilidades, e a autonomia propunha ensinar ao indivíduo que

³ Como é o caso dos prisioneiros ou dos jovens e adolescentes em estado de "reeducação".

⁴ Sobre a transformação do dinheiro em mercadoria cf. Marx 1988.

⁵ Marx faz referência a Jeremy Bentham (1748-1832), fundador do "utilitarismo", cujo princípio é delegar às pessoas a responsabilidade de se tornarem, por vontade própria, submissas às leis do capitalismo, em que cada pessoa seria, ao mesmo tempo, seu próprio vigia e vigia dos outros, e todos se comportariam como se estivessem sendo permanentemente vigiados. Os indivíduos deveriam ser "adestrados" para assumir essa atitude, o que os condicionaria a um comportamento compatível ao mercado. Sobre essa "pedagogia popular" criada por Bentham, cf. Kurz, 1997, p. 267.

os homens se fazem sob determinadas circunstâncias. O poder de tais circunstâncias sobre o destino dos homens poderia ser tão forte quanto eles o concederem⁶.

Para continuar desenvolvendo o projeto de modernidade, a sociedade encontrou no mercado a fonte de racionalidade que precisava e o instaurou como um 'sistema de referência comum' para os indivíduos. Passando-se por 'protetor', o mercado é, na verdade, como diz Jameson (1996, p. 280), "Leviatã em pele de cordeiro: sua função não é encorajar e perpetuar a liberdade (e muito menos a liberdade em sua versão política), mas sim reprimi-la"; a ideologia do mercado institui para os homens uma forma de representação de liberdade que se configura pelo direito à competitividade: *todos são livres e iguais para concorrer e se estabelecer como sujeitos bem-sucedidos pessoal e profissionalmente*.

Ao crescimento da economia de mercado estão relacionados os dois processos da acumulação: de capital (lucro) e de homens (força de trabalho)⁷. Na sociedade capitalista, todo meio de produção serve de capital; desde as máquinas até a energia humana são meios para se acumular capital, logo a "multiplicação" de homens com capacidade para o trabalho serve ao capital. Assim, os dois processos são interdependentes e, para que a força de trabalho continue a crescer, e, conseqüentemente, a garantir a acumulação de capital, a sociedade capitalista revoluciona suas técnicas mais tradicionais de poder e institui tecnologias sofisticadas de sujeição dos homens ao capital. Os homens passam a ser adestrados das formas mais sutis, por esquemas disciplinares que dissimulam o sofrimento em desejo, em vontades individuais, em fetiche de sucesso e de felicidade. Numa acepção marxiana,

[...] o progresso da acumulação exige, pois, necessariamente, que a composição técnica interna (orgânica) do capital se modifique de tal modo que uma parte relativamente maior seja empregada em meios de produção (capital constante) e com uma força menor de trabalho (capital variável). (MARX, 1982, p. 155).

As formas disciplinares do sistema capitalista, então, respondem à necessidade de minimizar os efeitos da desproporcionalidade entre o crescimento populacional e o processo de produção, cada vez mais complexo. Mas, principalmente, para reparar a discrepância entre a necessidade de acumulação e a oferta de trabalho, os trabalhadores se conservam e se multiplicam em uma proporção maior do que a necessidade de se empregar

⁶Esse projeto de modernidade entrou em declínio levando, simultaneamente, a uma crise das formas de representação e de identificação dos sujeitos, (ROUANET, 1989).

⁷Homens trabalhadores, proprietários da força de trabalho, que como bem lembra Marx (1988, p. 192), são mortais e, por isso mesmo, têm de se perpetuar através da procriação, porque são necessários ao processo de acumulação de riqueza (capital). Quando as forças de trabalho são retiradas do mercado por causa do desgaste ou da morte, têm de ser imediatamente substituídas, por isso elas são também produzidas, acumuladas. "A soma dos meios de subsistência necessários à produção da força de trabalho inclui também os meios de subsistência dos substitutos dos trabalhadores, os seus filhos, de modo que se perpetue no mercado essa raça peculiar de possuidores de mercadorias".

a força de trabalho. As disciplinas são, pois, técnicas que visam assegurar a ordem no processo de acumulação de homens para servir ao capital.

3 O DITO E O NÃO-DITO SOBRE O DISCURSO

Pode-se dizer que o trabalho é um conceito que tanto serve à esfera da reflexão teórica como à da vida cotidiana. Para a teoria social marxiana, o trabalho é uma condição de existência do homem em sua relação com a natureza; é, por isso, a forma universal de atividade humana. Entretanto, na sociedade burguesa, o trabalho é reduzido a um estratagema do processo de exploração do capitalista e, assim, se constitui em ideal burguês que responde ao processo de acumulação de riqueza (KURZ, 1997).

Para responder aos fins de reprodução da ordem social capitalista, o trabalho tem funções indissociáveis; estão amarradas umas às outras, e só existem uma em relação às outras. São elas: a produtiva, a simbólica e a disciplinar. A função produtiva, mais precisamente representada pela produção da mais-valia, pelo excedente para a acumulação de capital, para o lucro, é a finalidade primeira do sistema capitalista. A função simbólica é constituída pela “linguagem” de todos os signos que representam um complexo imaginário construído sobre o trabalho, como é o caso, sobretudo, do papel simbólico representado pelo dinheiro, salário que paga trabalho. A função disciplinar se estabelece a partir das normas, das leis a serem obedecidas pelas partes que firmam um contrato; para a organização e controle da força de trabalho; para a minimização dos conflitos comumente gerados numa sociedade dual, constituída por grupos (menores) que mandam e por grupos (maiores) que obedecem.

Mas o discurso sobre o trabalho na sociedade capitalista silencia ⁸ essas funções, principalmente a de disciplina, e constrói evidências de uma política de ganho e produtividade a partir das adesões ditas “voluntárias” dos sujeitos “livres”, que, paradoxalmente, funcionam em relações de dependência. É o que se pode observar em uma cadeia de produção.

Em uma fábrica de sapatos quem corta o couro é fornecedor de quem costura (cliente) que por sua vez é fornecedor de quem executa a próxima etapa da produção (Discurso da Qualidade Total, propagado pelo SEBRAE, 1994, fasc. 1, fl. 5).

⁸Orlandi (1993, 2001) distingue duas formas de silêncio: a) *Silêncio Fundador*, “é o silêncio que existe nas palavras, que as atravessa, que significa o não-dito e que dá um espaço de recuo significativo, produzindo condições para significar”; b) *Política do Silêncio*, que se apresenta como *Silêncio Constitutivo*, “que nos indica que para dizer é preciso não dizer, em outras palavras, todo dizer apaga necessariamente outras palavras, produzindo um silêncio sobre os outros sentidos”, e como *Silêncio Local*, ou *Censura*, “que remete à interdição: apagamento de sentidos possíveis, mas proibidos, aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura” (2001, p. 128).

O empregado – *quem corta o couro* – é designado como *fornecedor* de outro empregado – *o que costura* – que, ao receber o serviço prestado pelo colega de trabalho, passa a ser seu *cliente*, formando uma cadeia em que os papéis se permutam sucessivamente. Ao produzir um imaginário de sucessão, de relação de dependência entre os empregados, o discurso sobre o trabalho faz parecer que na nova forma de gerenciamento a produção acontece de maneira integrada; a atividade de um empregado depende da atividade do outro: se um parar, o outro também pára; se um não fizer bem-feito, todo o resultado da produção será prejudicado. O trabalho em equipe é simbolicamente representado pela organização do ambiente de trabalho, pela colocação das mesas de trabalho em salas sem paredes ou com divisórias transparentes, pelas atividades em rede de computadores. Todos se vêem, se comunicam, vigiam uns aos outros e se defendem.

O *envolvimento grupal garante: compromisso com os resultados, significação para o empreendimento e cumprimento fiel das decisões* (Discurso da Qualidade Total, propagado pelo SEBRAE, 1994, fasc.41, fl. 7).

Não é difícil identificar o sistema de um *panóptico* operando nos espaços produtivos de uma empresa⁹. A forma de um *panóptico* é análoga à de um círculo, o que possibilitará ao "observador" "vigiar", permanentemente, todos os indivíduos; todos estão condicionados a se comportar como se estivessem sendo observados ininterruptamente, o que os faz cuidar de si próprios. A constância da sensação de vigilância permanente imprime nos indivíduos "traços intrínsecos de conduta"; eles passam a se comportar como se estivessem sendo vigiados, mesmo que não seja o caso, que não haja "alguém" observando-os. Esse princípio é, na verdade, uma forma de repressão disfarçada de "pedagogia", que foi apropriada pelo liberalismo sob os *slogans* de princípios de *autodeterminação e de responsabilidade sobre si mesmo*. A função de disciplina do trabalho se disfarça no discurso da individualidade, em que o sujeito é conduzido a se autodisciplinar, a ter domínio de si próprio, autocontrole e autodeterminação.

Na prática discursiva¹⁰ empresarial, o princípio de responsabilidade do empregado sobre si mesmo é ampliado para o sentido de responsabilidade sobre a equipe de trabalho; cada um é responsável por si, mas em função do processo de produção e do resultado do trabalho da equipe. A liberdade individual é submetida à condição da equipe dentro da empresa, com a qual o empregado estará *comprometido* e a quem deverá *fidelidade*. Assim, a prática discursiva empresarial constrói para os sujeitos um imaginário de

⁹O "panóptico" seria um princípio explicitado por Bentham, no século XIX (cf. KURZ, 1997, p. 263 - 269), que orientaria uma forma específica de controle dos indivíduos, em espaços específicos como prisões, escritórios, fábricas, hospitais, reformatórios etc.

¹⁰Para Maingueneau (1993), uma prática discursiva compreende uma formação discursiva como inseparável das comunidades discursivas. Uma formação discursiva é o lugar do dizer; é conteúdo e expressão do modo de organização dos homens; é uma rede específica de circulação dos enunciados.

poder; todos os empregados teriam poder sobre si e sobre os membros de toda a equipe e isso gera um efeito positivo na função produtiva do trabalho.

O discurso sobre o trabalho nos tempos atuais aponta para uma tendência de democratização das relações de trabalho. Em uma organização "autocrática", os empregados apenas obedeceriam às determinações de um líder que definiria a tarefa que cada um deve executar e qual o seu companheiro de trabalho. Já em uma organização "democrática", a divisão das tarefas ficaria a critério do próprio grupo e cada membro teria liberdade de escolher os seus companheiros de trabalho. Daí, na prática discursiva do trabalho, 'o envolvimento grupal' aparecer como um requisito para o compromisso e para a fidelidade dos empregados, o que garantiria 'bons resultados', bem como a função produtiva do trabalho, o ideal positivo burguês.

4 DESIGNAÇÕES DOS SUJEITOS NO DISCURSO

No discurso sobre o trabalho, canonizado pelo liberalismo, pode-se perceber o funcionamento desse ideal simulando efeitos de libertação: "o trabalho liberta", "o trabalho dignifica a alma", "quem não trabalha não come". Entre outros, esses são enunciados do discurso liberal que corroboram para sugerir o trabalho como um meio para se atingir a liberdade. Entretanto, na forma como é concebido na sociedade moderna, o trabalho é uma atividade de homens não-livres. Os trabalhadores são designados como *servidores*, porque servem a outro; como *funcionários*, porque funcionam em um sistema de normas e regras; como *operários*, porque operam, produzem mais-valia; como *empregados*, porque empregam sua força de trabalho. A designação de *empregado* para a pessoa que é paga por um "senhor" para trabalhar, pertence a uma prática discursiva historicamente produzida para fazer funcionar as relações de venda e compra da força de trabalho. A expressão *empregado* produz sentido em situações legais de contrato. A designação *empregado* (quem emprega/vende sua força de trabalho) só faz sentido em relação à de patrão (quem compra a força de trabalho). Qualquer que seja a designação para o homem que trabalha, pois, tem em sua memória discursiva o sentido de *servidão*.

Entretanto, o movimento de redefinição dos parâmetros das relações de trabalho, com o advento da reestruturação produtiva nos países desenvolvidos, teria implicado a re-significação do termo "empregado", que passou a designar pessoas prestadoras de serviço a organizações, ou através das mesmas. Essas pessoas – *prestadoras de serviço* – passaram a ser os trabalhadores orientados e administrados por uma gerência; de maneira que a relação do processo de trabalho, representada pela relação capital e trabalho, passou a ser representada pela relação "gerência e trabalhador".

Consideramos, contudo, que mesmo nos dias atuais, quando o discurso empresarial propõe a mudança dos nomes para designar quem trabalha, na memória desses dizeres administrativos pode-se identificar o sentido de *subserviência*, *abnegação*. É o que se pode ver nas convocações ditas “mais modernas”, que tratam os empregados como *parceiros*, *colaboradores*, *associados*.

5 CONCLUSÃO

Deparamo-nos, durante a análise do discurso sobre o trabalho representado pelo segmento empresarial, com uma série de lacunas, de desvios, de “substituições” nas formulações discursivas que aparecem como homogêneas, definidoras de um sentido único para simular uma compatibilidade de interesses de grupos diferentes.

Todas as “novas” designações para quem vive no circuito do trabalho produzem efeitos de sentidos que apontam para uma unidade entre os sujeitos, pautada nos princípios de igualdade e de liberdade, mas é nesses temas que se pode apreender a incompatibilidade do que se diz compatível; embora liberdade seja incompatível com servidão, no discurso sobre o trabalho opera-se a dialética dos conflitos entre esses princípios: um só existe no imaginário em que o outro produz sentido. Um enunciado do tipo “o empregado tem liberdade para servir a empresa” instaura no discurso da administração um imaginário de possibilidades que seriam dadas ao sujeito: ele poderia escolher entre servir e não servir. Esse mesmo efeito pode ser observado no discurso da solidariedade – servir ao próximo – que se sustenta tanto no discurso religioso como no dos governantes, dos políticos ou dos empresários, e acatado pelo discurso de grupos sociais, parceiros do projeto da sociedade neoliberal.

Na busca dos *nexos das regularidades que regem as dispersões* do discurso empresarial sobre o trabalho, reconhecemos que as relações entre diversos discursos caracterizam o próprio discurso sobre o trabalho como prática social disciplinadora.

REFERÊNCIAS

AMARAL. M. Virgínia Borges. **A (des) razão do mercado: efeitos de mudança no discurso da qualidade total**. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 1999.

CHARAUDEAU, Patrick; MAIGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. Tradução Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

FOLHA DE S. PAULO/ SEBRAE. Suplemento Qualidade Total. 8 fascículos, 13 de março de 1994/ 1º de maio de 1994.

FOLHA DE SÃO PAULO. **As Qualidades do empresário de sucesso**. Caderno especial. 3 de julho de 1994.

_____. **Conheça os dez pontos**. Da Redação, 08 de setembro de 1996.

_____. *Consenso de Washington abre espaço para o social*. Editorial, 5 de setembro de 1996.

JAMESON, Frederic. **O inconsciente político**: a narrativa como ato social político. Tradução Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Ática, 1981.

_____. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. Tradução Maria Helena Cevasco. São Paulo: Ática, 1996.

MAIGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Tradução Freda Indursky. Campinas (SP): Pontes, 1993.

MARX, Karl. **O capital**. Edição resumida por Julian Borchardt. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. **O Capital**. Livro Primeiro, V.I. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S. A, 1988.

ORLANDI, Eni. **Discurso e texto**: formação e circulação dos sentidos. Campinas (SP): Pontes, 2001.

KURZ, Robert. **Os últimos combates**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

ROUANET, Sérgio Paulo. **As razões do iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.